



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			Ajustado	Ajustado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.415	10.016	34.445
Consumidores e concessionárias	5	73.300	116.632	73.691
Impostos e contribuições sociais	6	29.703	24.340	27.512
Despesas pagas antecipadamente		73	57	17
Outros créditos	10	1.667	718	186
		<b>115.158</b>	<b>151.763</b>	<b>135.851</b>
<b>Não circulante</b>				
Consumidores e concessionárias			1.386	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	13.906	11.949	23.968
Partes relacionadas	8	12		
Cauções e depósitos vinculados	9	4.210	4.210	5.577
		<b>18.128</b>	<b>16.159</b>	<b>30.931</b>
<b>Imobilizado</b>	11	684	760	415
<b>Intangível</b>	12	958	1.009	964
		<b>1.642</b>	<b>1.769</b>	<b>1.379</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>134.928</b>	<b>169.691</b>	<b>168.161</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas</b>	<b>26.285</b>	<b>5.631</b>	-	<b>31.916</b>
Dividendo adicional proposto		26.859		26.859
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)</b>	<b>26.285</b>	<b>32.490</b>	-	<b>58.775</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009		(26.859)		(26.859)
Lucro líquido do exercício			25.043	25.043
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.950)	(1.950)
Dividendos propostos			(4.311)	(4.311)
Dividendo adicional proposto		18.782	(18.782)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)</b>	<b>26.285</b>	<b>24.413</b>	-	<b>50.698</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2010		(18.782)		(18.782)
Lucro líquido do exercício			16.734	16.734
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.912)	(1.912)
Dividendos propostos			(2.272)	(2.272)
Dividendo adicional proposto		12.550	(12.550)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>26.285</b>	<b>18.181</b>	-	<b>44.466</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009
<b>Receita operacional líquida</b>	18	741.414	763.231
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	19	(697.466)	(750.540)
		<b>(697.466)</b>	<b>(750.540)</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(2.908)	(2.969)
Materiais e serviços de terceiros		(2.556)	(1.454)
Depreciações e amortizações		(55)	(15)
Outros custos de operação		(2.260)	(1.558)
	19	<b>(7.779)</b>	<b>(5.996)</b>
		<b>(705.245)</b>	<b>(756.536)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	19	<b>(91)</b>	
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>36.078</b>	<b>6.695</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas		(6.916)	36.054
Despesas gerais e administrativas		(6.708)	(7.289)
Depreciações e amortizações		(109)	(200)
	19	<b>(13.733)</b>	<b>28.565</b>
<b>Resultado do serviço</b>		<b>22.345</b>	<b>35.260</b>
Receitas financeiras		2.940	2.852
Despesas financeiras		(777)	(850)
<b>Resultado financeiro</b>	20	<b>2.163</b>	<b>2.002</b>
Outras receitas		42	12
Outras despesas		(57)	
<b>Outros resultados</b>		<b>(15)</b>	<b>12</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>24.493</b>	<b>37.274</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.716)	(212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.957	(12.019)
	21	<b>(7.759)</b>	<b>(12.231)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.734</b>	<b>25.043</b>
<b>Lucro básico por lote de mil ações - R\$</b>		<b>874,62</b>	<b>1.308,87</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2010	2009
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	16.734	25.043
Consumidores e concessionárias	6.819	(36.742)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(1.957)	12.019
Depreciações e amortizações	165	215
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	160	25
Despesas pagas antecipadamente	62	
Provisões	287	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(234)
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	36.513	(4.813)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(5.363)	3.172
Cauções e depósitos vinculados		1.601
Despesas pagas antecipadamente	(78)	(40)
Outros créditos	(949)	(544)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(16.859)	15.997
Impostos e contribuições sociais correntes	10.801	(24.335)
Obrigações estimadas com pessoal	128	(134)
Outras obrigações	(429)	24
<b>Caixa líquido proveniente das (atividades operacionais)</b>	<b>46.034</b>	<b>(8.746)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado e intangível	(198)	(630)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(198)</b>	<b>(630)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	(20.687)	20.460
Dividendos pagos	(24.750)	(35.513)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(45.437)</b>	<b>(15.053)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>399</b>	<b>(24.429)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.415	10.016
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.016	34.445
	<b>399</b>	<b>(24.429)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2010	2009
		<i>Ajustado</i>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>849.597</b>	<b>937.697</b>
Receita operacional	856.399	900.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(6.844)	36.742
Outras receitas	42	12
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(705.184)</b>	<b>(758.276)</b>
Custos da energia comprada	(697.466)	(750.540)
Materiais	(62)	(59)
Serviços de terceiros	(3.981)	(4.243)
Outros custos operacionais	(3.675)	(3.434)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>144.413</b>	<b>179.421</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(164)	(215)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>144.249</b>	<b>179.206</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	2.940	2.852
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>147.189</b>	<b>182.058</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	5.768	5.105
Benefícios	334	284
FGTS	148	151
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	83.721	92.313
Estaduais	39.078	57.847
Municipais	349	160
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	777	850
Aluguéis	280	305
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	1.912	1.950
Dividendos	2.272	4.311
	<b>134.639</b>	<b>163.276</b>
Lucros retidos	12.550	18.782
	<b>147.189</b>	<b>182.058</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional**

A Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou Enertrade), anteriormente denominada Enertrade Comercializadora de Energia S.A., Companhia de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

**2. Práticas contábeis**

**2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**2.2. Demonstrações financeiras de 2009**

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto,

reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

**2.3. Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

**b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)**

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**c) Imobilizado (Nota 11)**

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil destes ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

**d) Ativo intangível (Nota 12)**

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

- **Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- **Desenvolvimento de projetos:** são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04. Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**e) Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

**g) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**h) Fornecedores (Nota 13)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e de energia elétrica.

**i) Provisões**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**j) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 21)**

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**l) Benefícios pós-emprego (Nota 16)**

Os valores de Contribuição definida são registrados no resultado do exercício de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados.

**m) Dividendos**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**n) Capital social (Nota 17.1)**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

**o) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos em instrumentos financeiros derivativos,

quando aplicável, e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

**p) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

**q) Instrumentos financeiros (Nota 22)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- **Instrumentos mantidos até o vencimento**  
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**  
Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• **Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

• **Contratos de comercialização**

A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia a seus principais clientes ligados a sua rede de distribuição. Consequentemente a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Portanto, se caracterizando que o ativo relacionado aos contratos de compra e venda de energia se caracterizam como de uso próprio. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

**r) Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

**s) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição**

**3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009**

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	34.445		34.445
Consumidores e concessionárias	73.691		73.691
Impostos e contribuições sociais	27.512		27.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.414	(22.414)	-
Despesas pagas antecipadamente	17		17
Outros créditos	186		186
	<b>158.265</b>	<b>(22.414)</b>	<b>135.851</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores e concessionárias	1.386		1.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.554	22.414	23.968
Cauções e depósitos vinculados	5.577		5.577
	<b>8.517</b>	<b>22.414</b>	<b>30.931</b>
<b>Imobilizado Intangível</b>			
	415		415
	964		964
	<b>1.379</b>	-	<b>1.379</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>168.161</b>	-	<b>168.161</b>
		<b>Anteriormente publicado</b>	<b>Ajustado ao CPC</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>			
Fornecedores	59.786		59.786
Impostos e contribuições sociais	35.373		35.373
Dividendos	35.513	(26.859)	8.654
Obrigações estimadas com pessoal	1.235		1.235
Outras contas a pagar	497		497
	<b>132.404</b>	<b>(26.859)</b>	<b>105.545</b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	247		247
Provisões	3.589		3.589
Outras contas a pagar	5		5
	<b>3.841</b>	-	<b>3.841</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	26.285		26.285
Reservas de lucros	5.631	26.859	32.490
	<b>31.916</b>	<b>26.859</b>	<b>58.775</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>168.161</b>	-	<b>168.161</b>





NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Controladora direta**  
A controladora direta da Companhia é a EDP Energias do Brasil S.A.  
**8.1. Remuneração dos administradores**  
**8.1.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês**  
Proporção de cada elemento na remuneração total, no exercício de 2010:

Conselho de Administração

Não se aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 78%

Remuneração Variável: 22%

Conselho fiscal

Não se aplica

**8.1.2. Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos no exercício de 2010**

2010	Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal				Total
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	
Número de membros	n/a	5	n/a	n/a	5
Remuneração fixa anual (em R\$)	n/a	722.717	n/a	n/a	722.717
Salário ou pró-labore	n/a	722.717	n/a	n/a	722.717
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável (em R\$)	n/a	205.000	n/a	n/a	205.000
Bônus	n/a	205.000	n/a	n/a	205.000
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão (n/a) = Não Aplicável	n/a	927.717	n/a	n/a	927.717

**8.1.3. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010**

2010	Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal			
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Número de membros	n/a	5	n/a	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	n/a	241.705	n/a	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	n/a	128.000	n/a	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	n/a	185.543	n/a	n/a

**9. Cauções e depósitos vinculados**

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	4.210	4.210
Total	4.210	4.210

**10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	3	5		
Dispêndios a reembolsar	42	42		
Serviços em curso	113	30		
Serviços prestados a terceiros	1.109	639		
Desativações e alienações em curso		(20)		
Instrumentos financeiros derivativos	400			
Outros		22		
Total	1.667	718	-	-
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	81	79		
Outras	4	432	12	15
Total	85	511	12	15

**11. Imobilizado**

	31/12/2010		31/12/2009	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico acumulado	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Administração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	67	(20)	47
Máquinas e equipamentos	9	255	(159)	96
Veículos	18	325	(101)	224
Móveis e utensílios	10	235	(117)	118
Total do Imobilizado em serviço	12	882	(397)	485
Imobilizado em curso				
Administração		199	199	431
Total imobilizado	1.081	(397)	684	760

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2010
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	49	50	(2)	(50)
Máquinas e equipamentos	118	18	(22)	96
Veículos	18	379	(65)	(108)
Móveis e utensílios	144		(24)	(2)
Total do imobilizado em serviço	329	-	429	(160)
Total do Imobilizado em curso	431	198	(430)	199
Total líquido	760	198	(1)	(113)

**12. Intangível**

	31/12/2010		31/12/2009	
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Administração Software	20	1.322	(1.092)	230
Intangível em curso		728		728
Administração				954
Total do intangível	2.050	(1.092)	958	1.009

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Transfereências		Valor para intangível em 31/12/2010	
	Valor líquido em 31/12/2009	Valor líquido em 31/12/2010	Amortização	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço				
Software	55	227	(52)	230
Intangível em curso	954	(226)		728
Total do intangível	1.009	1	(52)	958

**13. Fornecedores**

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	58.748	75.338
Materiais e serviços	176	445
Total	58.924	75.783

**14. Obrigações estimadas com pessoal**

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Folha de Pagamento	1.032	1.020
INSS e FGTS	185	69
Total	1.217	1.089

**15. Provisões**

**15.1. Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

**15.1.1. Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Cíveis 1ª, 2ª, 3ª e Adm. Fiscais 1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.589	287	3.876	3.707
Total	3.589	287	3.876	3.707
Não circulante	3.589		3.876	3.707
Total	3.589	-	3.876	3.707

**15.1.2 - Risco de perda possível**

	Passivo		Ativo	
	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Fiscais				23.821
Total				23.821

**15.1.2.1. Fiscais**

A Companhia discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R\$13.963 está garantido por fiança bancária. O processo aguarda sentenciamento. Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de

**19. Gastos operacionais**

	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De prestação a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2010	2009
Não gerenciáveis						
Contratos bilaterais	742.451				742.451	817.761
Energia de curto prazo - CCEE	26.107				26.107	9.281
PIS/COFINS	(71.092)				(71.092)	(76.502)
Total	697.466	-	-	-	697.466	750.540
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	2.908	72			3.628	6.608
Material	38				24	62
Serviços de terceiros	2.518	19			1.444	3.981
Depreciação e amortização	55				109	164
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			6.844		6.844	(36.742)
Aluguéis e arrendamentos				280	280	305
Outras	2.260		72		1.332	3.664
Total	697.466	7.779	91	6.916	6.817	21.603
Total	697.466	7.779	91	6.916	6.817	719.069

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R\$9.772 em 31 de dezembro de 2010.

Baseada na posição de seus assessores jurídicos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

**15.3. Risco de perda remota**

Adicionalmente, existe processo de natureza fiscal, cuja perda foi estimada como remota, e para esta ação a Companhia efetuou depósito judicial, no valor de R\$503 (Nota 9), para garantia do direito à não incidência de multa sobre certos recolhimentos espontâneos, efetuados em atraso, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

**16. Benefícios pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente junto à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$121. Esse plano tem a adesão de 17 colaboradores.

**17. Patrimônio líquido**

**17.1. Capital social**

O Capital social de R\$26.285 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está representado por 19.132.969 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**17.2. Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	16.734

	31/12/2010
Destinação do lucro	
Dividendos	16.734
Dividendos intermediários - JSCP	1.912
Dividendos complementares	2.272
Dividendo adicional proposto	12.550
Quantidade de ações	19.132.969
Dividendos por ação - JSCP	0,099932
Dividendos por ação ordinária	0,774668

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$1.912, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

**17.3. Reservas de lucros**

	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Dividendo adicional proposto	12.550	18.782
Total	18.181	24.413

**18. Receita operacional líquida**

	2010	2009
Receita com venda de energia		
Fornecimento faturado clientes livres	369.837	399.619
Suprimento comercialização	430.165	488.069
Energia de curto prazo	42.500	10.356
Outras receitas operacionais	13.897	2.899
Total	856.399	900.943

(-) Deduções da receita

	2010	2009
ICMS s/ fornecimento faturado clientes livres	(39.056)	(57.831)
PIS/COFINS	(75.604)	(79.741)
ISS	(325)	(140)
Total	(114.985)	(137.712)

	2010	2009
Total	741.414	763.231



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**20. Resultado financeiro**

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	545	2.076
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1.377	65
Outras receitas financeiras	1.018	711
	<b>2.940</b>	<b>2.852</b>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(166)	(180)
Outras despesas financeiras	(611)	(670)
	<b>(777)</b>	<b>(850)</b>
<b>Total</b>	<b>2.163</b>	<b>2.002</b>

**21 - Imposto de renda e contribuição social**

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.493	37.274	24.493	37.274
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<b>(6.123)</b>	<b>(9.319)</b>	<b>(2.204)</b>	<b>(3.355)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(13)	(59)	(5)	(21)
Gratificações a administradores	(101)	26	(37)	10
Juros sobre o capital próprio	478	488	172	176
Outras		26		10
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		(159)		(54)
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24			
Lei Rouanet	50			
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(5.685)</b>	<b>(8.997)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(3.234)</b>
Alíquota Efetiva	23%	24%	8%	9%

**22. Instrumentos financeiros**

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

**22.1. Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas substantiadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**22.2. Valor justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Ativos financeiros Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10.415	10.016	10.415	10.016
Consumidores e concessionárias	73.300	116.632	73.300	116.632
Outros créditos - derivativos	400		400	
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	12		12	
<b>Passivos financeiros Circulante</b>				
Fornecedores	58.924	75.783	58.924	75.783
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	32	20.707	32	20.707

	31/12/2010			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		10.415		10.415
Consumidores e concessionárias	73.300			73.300
Outros créditos - derivativos		400		400
Partes relacionadas	12			12
	<b>73.312</b>	<b>10.815</b>		<b>84.127</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores			58.924	58.924
Partes relacionadas			32	32
			<b>58.956</b>	<b>58.956</b>

	31/12/2009			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		10.016		10.016
Consumidores e concessionárias	116.632			116.632
	<b>116.632</b>	<b>10.016</b>		<b>126.648</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores			75.783	75.783
Partes relacionadas			20.707	20.707
			<b>96.490</b>	<b>96.490</b>

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
<b>Ativos financeiros Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.415	10.415
Outros créditos - derivativos	400	400
	<b>10.815</b>	<b>10.815</b>

**22.3. Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

**22.3.1. Análise de sensibilidade**

Para análise de sensibilidade são considerados os cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

As análises de sensibilidade são preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possui aplicações financeiras e nem empréstimos ou financiamentos.

**22.4. Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não realizou nenhuma captação.

**22.5. Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**22.6. Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia durante o exercício realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar a Companhia o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente nos resultados financeiros da Companhia.

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 2010 são:

Ativo financeiro Circulante	Resultado financeiro 31/12/2010
Contrato de opção de compra e venda de energia elétrica	400
	<b>400</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU  
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
Vice-Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS  
Conselheiro

MIGUEL DIAS AMARO  
Conselheiro

**DIRETORIA**

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
Diretor Presidente

JOSÉ ROBERTO PASCON  
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS  
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA  
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos  
Contadora - CRC 1SP204118/0-8

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros**

**Demonstração do valor adicionado**  
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2